

N.F. Nº - 092579.0073/23-7
NOTIFICADO - EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
NOTIFICANTE - JOÃO VITOR PROFETA ALVES
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO / POSTO HONORATO VIANA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 05.04.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0046-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TOTAL AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. CONTRIBUINTE DESCREDECENCIADO. Falta de recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Total antes da entrada de mercadorias no Estado da Bahia por Contribuinte que não possua regime especial. Contribuinte o imposto após a instantaneidade da ação fiscal e lavratura da notificação. Infração subsistente. Não acatadas as nulidades suscitadas. Pleitos de prejudicialidade afastados. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 15/08/2023, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 6.453,32**, mais multa de 60%, no valor de **R\$ 3.871,99** totalizando o montante de **R\$ 10.180,38** em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.010: Falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação tributária total, em aquisição interestadual ou do exterior, de mercadorias enquadradas pela legislação no regime de substituição tributária, por contribuinte não inscrito, inapto ou que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alíneas “a e d” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto de nº 13.780/12, c/c § 3º e inciso I do § 4º do art. 8º; § 6º do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei de 7.014/96. Multa tipificada no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o **Notificante descreve os fatos que se trata de:**

“Falta de recolhimento do ICMS referente à Antecipação Tributária Total, em aquisição interestadual de mercadorias enquadradas na legislação interna no regime de Substituição Tributária constantes dos DANFES de nºs. 403.384 e 326.695 por contribuinte com restrição de crédito por estar inscrito em Dívida Ativa, conforme Termo de Ocorrência Fiscal de nº 1522701040/23-6, em anexo “

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos:** a Notificação Fiscal de nº **0925790073/23-7**, devidamente assinada pelo Agente de Tributos **Matrícula de nº 920925790** (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); o **Termo de Ocorrência Fiscal nº 1522701040/23-6**, datado de 13/08/2023 (fls. 03 e 04), os DANFES das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es) de nº **403.384**, procedente do **Estado de São Paulo** (fl. 05), emitida **na data de 08/08/2023** pela Empresa Eli Lilly do Brasil Ltda correspondentes às mercadorias **de NCM de nº 3004.90.79 (Produto Farmacêutico CIALIS)** e de nº **326.695**, procedente do **Estado de São Paulo** (fl. 06), emitida **na data de 08/08/2023** pela Empresa Torrent do Brasil Ltda correspondentes às mercadorias **de NCM de nº 3004.90.69 (Produto Farmacêutico VEEPI)**, objetos da notificação; o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico - DACTE de nº **815.583** (fl. 07); consulta à situação cadastral da Notificada constando contribuinte Descredenciado – “Contribuinte com Restrição de Crédito Dívida Ativa” (fls. 08 a 10); Consulta dos pagamentos realizados (fl. 09); os documentos do motorista e do veículo.

Verifiquei acostado aos autos a memória de cálculo realizada (fl. 13) utilizando-se a metodologia de cálculo tipicamente de produtos da **Substituição Tributária** com a aplicação das **Margens de**

Valores Agregados – MVAs de 67,56% (NCM de nº 3004.90.79) e 57,63% (NCM de nº 3004.90.69), constante no Anexo 1 do RICMS/BA/2022, para a alíquota interestadual de 4%.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de Advogado, manifestando impugnação apensada aos autos (fls. 18 a 23), protocolizada na SAT/DAT/METRO/CPAF na data de 27/11/2023 (fl. 17).

Em seu arrazoado a Notificada alegou a tempestividade de sua peça de defesa e no tópico ***“Razões Que Apontam para a Nulidade do Lançamento”*** no subtópico ***“Descredenciamento levado a Efeito sem a Devida Instauração de Processo Administrativo – Ausência de Contraditório – Cerceamento de Defesa – Nulidade”*** que a Notificada é detentora de credenciamento junto à SEFAZ/BA o que permitia pagar o ICMS-ST relativo à aquisição de mercadorias provenientes de outros Estados de forma diferida e não no exato momento da entrada das mercadorias em território baiano.

Tratou que tal descredenciamento foi unilateralmente revogado pela SEFAZ/BA sem qualquer espécie de comunicação prévia, muito menos a instauração de competente processo administrativo, o que inevitavelmente afeta a legalidade de tal procedimento, já que não foram assegurados à Notificada o direito do exercício do contraditório e da ampla defesa, citando o art. 5º, inciso LV da Carta Magna, salientando que em atitude semelhante o Fisco baiano já foi por diversas vezes rechaçado pelo TJ/BA, trazendo julgados deste tribunal (fls. 20 e 21).

Acrescentou que a notificação prévia à Notificada é um passo fundamental para que esta possa exercer o seu direito de defesa e manifestação diante de quaisquer atitudes da administração, especialmente unilaterais, como ocorre quanto ao ato de descredenciamento.

Asseverou que o não pagamento da antecipação do ICMS-ST apontado como causa para a presente notificação só ocorreu porque a Notificada se encontrava com o credenciamento suspenso, obviamente que, em sendo reconhecida a ilegalidade do ato que levou a tal situação, cai, também, por terra o motivo que gerou esse lançamento, pois o contribuinte teria o direito de diferir o pagamento do ICMS-ST após a entrada da mercadoria em território baiano.

Pontuou no tópico ***“Da Indevida Prática de Realizar Descredenciamento de Contribuinte como Meio Coercitivo ao Pagamento de Tributo – Matéria Sumulada no STF”*** que o Fisco já arraigado o hábito de utilizar expedientes ilegais e abusivos para forçar o contribuinte a adotar determinado comportamento, subtraindo com tal conduta o inderrogável direito de defesa assegurando no patamar constitucional, citando o tributarista Hugo de Brito Machado, afirmou que uma das mais reiteradas espécies de sanção política consiste na criação de restrições de ordem cadastral com o declarado propósito de constranger o contribuinte a efetuar o recolhimento de tributo e/ou multa, tendo os Tribunais Superiores rechaçados tal nefasta prática fiscal conforme Súmula 70.

“É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo”

Discorreu que com efeito, sob o pretexto de regular o credenciamento para diferimento do pagamento do ICMS-ST perante o Fisco Estadual, este acabou editando norma que documenta e oficializa mais uma prática de sanção política contra os contribuintes, na medida em que prevê que a existência de débito em dívida ativa é motivo para descredenciamento peremptório e automático dos contribuintes previamente credenciados, tendo a Justiça Estadual, em situações semelhantes dado acolhimento a idênticos pleitos dos contribuintes citando julgado em Mandado de Segurança do Tribunal de Justiça do Tocantins (fl. 22).

Finalizou no tópico ***“Dos Pedidos”*** que a presente Notificação Fiscal seja declarada nula e que a Notificada possa provar as suas alegações ao longo do andamento deste processo, inclusive mediante a juntada de outros documentos e/ou informações ainda não apresentados/elaborados, assim como garantindo a sua intimação por ocasião do presente feito, para fins de sustentação oral e que todas as intimações e/ou notificação ao presente feito sejam enviada aos advogados constantes do instrumento procuratório em anexo, sob pena de nulidade.

O Notificante prestou Informação Fiscal à folha 34 donde em seu arrazoado tratou que em síntese a Notificada alegou que o descredenciamento para recolhimento a posterior fere princípios constitucionais, sendo que da análise da fiscalização não pode-se constatar nada que macule o lançamento do crédito tributário sendo que a hipótese de descredenciamento para o recolhimento até o 25º dia do mês subsequente possui previsão legal no Estado da Bahia e está em consonância com a ordem legal e constitucional, concluindo que diante do exposto discorda dos argumentos apresentados e considera a procedência total do lançamento, conforme consulta presente na folha 12 que atesta a situação de descredenciamento da Notificada no momento da lavratura da notificação.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

Incluído em pauta para julgamento, na data de 22/02/2024 (fl. 39) na Sessão do dia 05/02/2024, quando fora peticionado na data de 23/02/2024 no CONSEF/COORDENAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO (fl. 41) manifestação, a qual verificado por esta Relatoria tratar-se ser em relação à Notificação Fiscal de nº 093898.0046/23-2, que fora lavrada dias posteriores, na data 29/08/2023, enquanto a presente fora lavrada na data de 15/08/2023, entretanto, ocupam-se da mesma infração e da mesma situação.

No arrazoado da manifestação a Notificada consignou que o débito de ICMS da operação que embasa a autuação foi devidamente quitado **no momento da apuração mensal do período** a que a operação se refere, e isto só ocorreu porque a intimação da Notificada, quanto à lavratura, somente ocorreu tardiamente, quando já escoado o prazo regulamentar para a transmissão da apuração mensal e seu respectivo recolhimento (DAEs de nºs. 2136660986 e 2136660845, data de pagamento 25/06/2023), sendo inegável com isso que o imposto devido na operação que embasa a presente autuação já foi efetivamente recolhido ao Tesouro Estadual, de modo que a presente autuação deve ser imediatamente revista para excluir do seu escopo o valor principal do crédito tributário autuado, que inclui não só valor do ICMS antecipado, como também do adicional do Fundo de Pobreza exigido pelo Fisco estadual, o que impõe a revisão do lançamento, de modo a remanescer no presente processo apenas o debate acerca da imposição da multa punitiva aplicada, a qual deverá, ao fim, ser também afastada em razão das questões de direito discutidas na Impugnação.

É o relatório.

Em sua sustentação oral o Patrono da Notificada o Dr. Francisco Itaércio Bezerra Filho trouxe três pleitos contidos em uma única prejudicialidade que se entrelaçam entre si e que acabam repercutindo no mérito, sendo eles o pagamento em si, pois o mesmo inviabilizaria o lançamento de ofício, o reconhecimento do pagamento para fins de dedução do crédito tributário, realizado em sua apuração normal, e em último a consideração da redução da sanção pecuniária (multa) em função do pagamento realizado a posteriori à instantaneidade da ação fiscal no trânsito, e ciência da Notificação Fiscal, no 25 dia do mês subsequente, e supostamente considerado pela empresa como antecipado.

Analizados os pleitos pelo colegiado, este assim deliberou: **Que em relação à prejudicialidade própria do pagamento em si**, no entanto posterior à ação do trânsito, **deve ser afastada**, uma vez que sendo o presente caso uma ação fiscal de trânsito, instaurada quando do ingresso da mercadoria no território do Estado da Bahia, e estando a Notificada descredenciada, constatou-se o não recolhimento desta no prazo ordinário determinado pela legislação, ou seja, antes do ingresso da mercadoria, sendo que o prazo especial previsto seria no 25 dia do mês subsequente ao da emissão do MDF-e, o qual somente estaria disponibilizado para os sujeitos passivos credenciados; **Quanto ao reconhecimento do pagamento, para fins de dedução de crédito tributário**, é a questão que mais se aproxima com o mérito, devendo, também, ser **afastado o seu pleito**; Quanto ao pedido da redução de multa, estabelecendo-se uma linha temporal, teve-se

uma ação de trânsito de mercadorias onde fora constatada uma irregularidade e esta suscitou a falta de pagamento do imposto no prazo regulamentar, com a inibição da espontaneidade à aplicação da multa, houve o avanço no processo, com a intimação a Notificada poder-se-ia ter sinalizado neste momento a redução da multa pelo pagamento a posteriori, o que garantiria o benefício na legislação, entretanto passou-se os atos processuais, avançou-se no processo, houve impugnação, houve os fatos praticados pelo órgão de preparo, pauta de julgamento, de modo que o suscitado pedido de redução da multa teria que atender ao estágio atual do processo tributário, entende-se, do mesmo modo, **afastada essa prejudicialidade**.

Portanto, decidiu a 5ª JJF por unanimidade afastar os pleitos de prejudicialidade.

VOTO

A Notificação Fiscal em exame, **no Modelo Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 15/08/2023, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 6.453,32**, mais multa de 60%, no valor de **R\$ 3.871,99** totalizando o montante de **R\$ 10.180,38** em decorrência do cometimento da Infração (054.005.010) da **falta de** recolhimento do ICMS, referente à referente à **antecipação tributária total**, em aquisição interestadual ou do exterior, de mercadorias enquadradas pela legislação no regime de substituição tributária, por contribuinte não inscrito, inapto **ou que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal**.

O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada referenciando às alíneas “a e d” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto de nº 13.780/12, c/c § 3º e inciso I do § 4º do art. 8º; § 6º do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei de 7.014/96. Multa tipificada no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, ao pedido expresso da defesa a fim de que as comunicações e intimações fossem feitas na pessoa de seus advogados, nada impede que tal prática se efetive, e que as intimações possam ser encaminhadas, bem como as demais comunicações concernentes ao andamento deste processo para o endereço apontado. Entretanto, o não atendimento a tal solicitação não caracteriza nulidade do ato processual, uma vez que a forma de intimação ou ciência da tramitação dos processos ao sujeito passivo encontra-se prevista nos artigos 108 a 110 do RPAF/99, os quais guardam e respeitam o quanto estabelecido no Código Tributário Nacional - CTN, em seu artigo 127, estipulando como regra, a eleição do domicílio tributário pelo sujeito passivo.

Da mesma forma, com a instituição do Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), a comunicação entre a Secretaria da Fazenda e o contribuinte passou a utilizar este canal, dispensando qualquer outro meio, sendo a sua instituição feita pela Lei de nº 13.199 de 28/11/2014, a qual alterou o Código Tributário do Estado da Bahia no seu artigo 127-D.

Destacando-se que é através de tal mecanismo que a SEFAZ estabelece uma comunicação eletrônica com seus contribuintes para, dentre outras finalidades, encaminhar avisos, intimações, notificações e cientificá-los de quaisquer tipos de atos administrativos, não tendo mais sentido qualquer outra forma de intimação que não o DT-e.

Verifico que em sua contradita a Notificada alicerçou-se apenas em questões, ao seu entender, relacionadas à nulidade do lançamento que em apertada síntese consignou que era detentora de credenciamento junto à SEFAZ/BA que permitia pagar o ICMS-ST de forma diferida e não no exato momento da entrada das mercadorias em território baiano, tendo sido revogado esse credenciamento de forma unilateral pelo fisco sem o devido processo administrativo não tendo sido assegurado à Notificada o direito do exercício do contraditório e da ampla defesa, sendo arraigado o hábito de utilizar expedientes ilegais e abusivos para forçar o contribuinte a adotar determinado comportamento, consistindo na criação de restrições de ordem cadastral.

Entendo que o Estado da Bahia regulamentou **o prazo de recolhimento do imposto ICMS**, o qual previsto no art. 332, inciso I, no Regulamento do ICMS do Estado da Bahia, aprovado pelo Decreto de nº 13.780/12, **estabeleceu de forma geral até o dia 9 do mês subsequente, e de forma**

específica, em seu inciso III, alíneas “a e d” que deva ser recolhido o ICMS das mercadorias enquadradas no Regime de Substituição Tributária **antes da entrada das mercadorias**, no território deste Estado, **estabelecendo algumas condições: de forma geral**, devendo ser concedido automaticamente, sem a necessidade de acordo assinado, para os produtos adquiridos pela Notificada, quando as condições prescritas são atendidas, permitindo que o Contribuinte **regularmente inscrito no cadastro da SEFAZ e sem nenhuma restrição**, recolha o ICMS até o **dia 25 do mês seguinte ao da data da emissão do MDF-e** vinculado ao documento fiscal. Estas condições estão regulamentadas no art. 332, § 2º do RICMS/BA/12 disposto a seguir.

“Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

(...)

III – antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

a) enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação, relativamente ao imposto correspondente à operação ou operações subsequentes;

(...)

d) destinadas a contribuinte em situação cadastral irregular ou não inscrito ou sem destinatário certo, nestes casos seja qual for a mercadoria;”

(...)

§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:

I - possua estabelecimento em atividade no Estado da Bahia há mais de 06 meses e já tenha adquirido mercadoria de outra unidade da Federação;

II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;

III - esteja adimplente com o recolhimento do ICMS;

IV - esteja em dia com as obrigações acessórias e atenda regularmente as intimações

Em relação ao credenciamento da Notificada, ou da sua **situação cadastral regular**, em consulta realizada ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, de Controle de Mercadorias em Trânsito - SCOMT, constatei que **no momento da instantaneidade da ação fiscal, na data de 13/08/2023 (Termo de Ocorrência Fiscal nº 152270.1040/23-6, fls. 03 e 04)** e da lavratura da presente notificação na data de 15/08/2023 a Notificada encontrava-se com sua situação cadastral na condição de DESCREDENCIADO, desde 01/08/2023, por **restrição de crédito em dívida ativa** o que a **impossibilitaria** de usufruir do benefício concedido de postergação do pagamento do ICMS da Substituição Tributária estabelecido **até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e**, sendo que sua baixa somente ocorreu em **14/09/2023**.

6626253 EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
SOCIEDADE ANONIMA ABERTA
01/08/2023 sim desde 14/09/2023
129412524 Baixa: 14/9/2023 12:3

Grandes Empresas
Contribuinte com restrição de crédito-Dívida Ativa

Assim sendo, não acato as nulidades suscitadas e constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, portanto, não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, **inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99**, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

No seguimento tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por prepostos fiscais do Posto Fiscal Honorato Viana, através da abordagem de veículo contendo os DANFES das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) de nºs. 403.384 e 326.695 procedentes do **Estado de São Paulo** carreando as mercadorias de NCM de nº 3004.90.79 (**Produto Farmacêutico CIALIS**) e NCM de nº 3004.90.69 (**Produto Farmacêutico VEEPI**), ao entendimento do Notificante sujeitas à Substituição Tributária, **sem o pagamento antes da entrada no Estado da Bahia**, por contribuinte **que não atendia ao estabelecido no inciso III do art. 332 do RICMS/BA/12**, especificamente por possuir débito inscrito em Dívida Ativa (fls. 08 e 12).

De mais a mais averiguo que os produtos adquiridos pela Notificada, NCM de nº 3004 têm base de cálculo do imposto acrescida de MVA, **por existir previsão no Protocolo de nº 105/09 (SP-BA)**, assim como no RICMS-BA/12, particularmente no seu Anexo I para o ano de 2023, no segmento “Medicamentos, Produtos Farmacêuticos para Uso Humano e Higiene Pessoal”, razão pela qual pode ser considerado produto sujeito ao regime de substituição tributária. E, uma vez sujeitos ao Regime de Substituição Tributária /Antecipação Total do ICMS, a base de cálculo será aquela apurada pelo § 6º do art. 23.

Nesta toada, tem-se que **se a mercadoria adquirida estiver presente em signatários Convênio ou Protocolo** entre os entes da Federação **caberá ao remetente** a retenção do ICMS ST no momento da venda com o MVA (Margem de Valor Agregado). **Não havendo Convênio nem Protocolo** não há obrigação de o remetente recolher o ICMS ST para o Estado do destinatário, **cabendo ao adquirente o seu recolhimento** (Substituição Tributária) nos prazos estipulados na legislação interna do adquirente, com a margem de valor agregado (MVA).

Destarte, verificado através do Anexo 1 do RICMS/BA/12 que há **Protocolo subscritos entre os Estados envolvidos, na presente notificação, caber-se-ia ao remetente das mercadorias** na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS relativo às operações subsequentes, entretanto, averiguo que a Notificada possui o Parecer de nº 412/2023, com efeitos de 01/01/2023 até 31/12/2023 **o qual a credencia** a adoção de Regime Especial de Tributação nas aquisições de produtos farmacêuticos medicinais de uso não veterinário nos termos do Decreto de nº 11.872/09, que atribui à Notificada a responsabilidade pela Antecipação Tributária do ICMS relativa às operações subsequentes, dos produtos adquiridos pela Notificada.

*Art. 1º Fica instituído regime especial de tributação ao distribuidor de medicamentos localizado neste Estado, **mediante credenciamento**, nas importações e nas aquisições interestaduais dos produtos farmacêuticos medicinais de uso não veterinário a seguir relacionados, **para atribuição da responsabilidade pela antecipação tributária do ICMS relativa às operações subsequentes** nos termos deste Decreto:*

(...)

II - medicamentos - NBM 3003 e 3004; III - preservativos - NBM 4014.10.00;

Do deslindado, entendo que a ação fiscal realizada pelo Notificante, seguiu-se o que estabelece a legislação fiscal referente à cobrança da Antecipação Tributária do ICMS, **antes da entrada no território deste Estado**, uma vez que a Notificada detentora de Parecer que desloca a obrigação tributária para ela, no presente caso, e não atendia ao estabelecido no inciso II do § 2º do art. 332 do RICMS/BA/12, para poder usufruir do prazo postergado para pagamento da obrigação tributária.

Ressalta-se que em relação à manifestação da Notificada, em relação ao pagamento realizado na sua apuração mensal através dos DAEs de nºs. 2136660986 e 2136660845, data de pagamento 25/06/2023, a Notificada poderá requerer à Gerência de Cobrança do Crédito Tributário – GECOB a compensação dos valores pagos, referentes às **Notas Fiscais de nºs. 403.384 e 326.695** cabendo à Notificada, **com a sua devida comprovação**, após o requerimento deste pedido complementar a quitação do lançamento com os devidos acréscimos legais.

Conquanto à ilegitimidade passiva arguida pela Notificada em relação a não se ter legitimidade preposto da empresa de transporte em assinar os documentos relacionados ao **Termo de**

Ocorrência Fiscal, tem-se que a Lei de nº 7.014/96 tratou em seu art. 6º da responsabilidade solidária pelo pagamento do imposto devido pelo contribuinte de direito os transportadores em relação às mercadorias que entregarem ao destinatário sem a comprovação do pagamento do imposto, quando assumirem a condição de fiel depositário. Ressalta-se que o lançamento da presente Notificação Fiscal fora efetuado contra o sujeito passivo legítimo, ou seja, a Notificada, descabendo qualquer tipo de arguição de ilegitimidade passiva relacionada ao art. 18 do RPAF/99.

De mais a mais, em relação à ciência do credenciamento entendo não ser cabível a manifestação em relação a esta matéria nesta jurisdição.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE**, a Notificação Fiscal de nº **092579.0073/23-7**, lavrada contra **EMPREENDEIMENTOS PAGUE MENOS S/A**, devendo ser intimada a Notificada para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 6.453,32**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d” da Lei de nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 05 de março de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

LUIZ ALBERTO AMARAL DE OLIVEIRA - JULGADOR